

A RESISTÊNCIA NO EXÍLIO:
O PORTUGAL DEMOCRÁTICO NA VOZ DE SEUS
COLABORADORES

RESISTANCE IN EXILE:
DEMOCRATIC PORTUGAL IN THE VOICE OF ITS
COLLABORATORS

Isabel Siqueira Travancas

Professora Associada do Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e
Cultura da Escola de Comunicação da
UFRJ.

Resumo: O jornal *Portugal Democrático* foi criado em São Paulo em 1956 por um grupo de exilados portugueses no Brasil com o objetivo de lutar contra a ditadura salazarista. O periódico circulou até 1975, um ano depois da Revolução dos Cravos por fim ao Estado Novo português. Busca-se apresentar a história do jornal, não apenas através de suas manchetes e artigos, mas também do discurso de seus produtores. O periódico reuniu em suas páginas intelectuais, políticos, artistas e advogados de diversas vertentes políticas como republicanos, socialistas e, principalmente, comunistas. Seus depoimentos redimensionam a história do jornal e o seu papel na luta além-mar contra o fascismo em Portugal.

Palavras-chave: imprensa, resistência, exílio, Portugal.

Abstract: The *Portugal Democrático* newspaper was created in São Paulo in 1956 by a group of Portuguese exiles in Brazil with the aim of fighting the Salazar dictatorship. The periodical circulated until 1975, a year after the Carnation Revolution ended the Portuguese New State. It seeks to present the newspaper's history, not only through its headlines and articles, but also through the discourse of its producers. The journal brought together, in its pages, intellectuals, politicians, artists and lawyers from different political strands, such as republicans, socialists and mainly communists. Their testimonies resize the newspaper's history and its role in the fight overseas against fascism in Portugal.

Keywords: press, resistance, exile, Portugal.

“O povo é quem mais ordena,
dentro de ti ó cidade”
Zeca Afonso

“Sei que estás em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim”
Chico Buarque

1. Introdução

A imprensa como lugar de resistência às ditaduras no século XX é o tema deste artigo. O foco de sua análise é o jornal produzido por exilados portugueses no Brasil — *Portugal Democrático* — e o objetivo principal é apresentar o periódico através do discurso de seus produtores e colaboradores, tanto portugueses como brasileiros, que lutavam no Brasil contra a ditadura de Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970). Nos artigos e matérias do periódico percebemos a voz dos exilados portugueses e também de intelectuais brasileiros que buscavam divulgar as ações do governo ditatorial português contra seus opositores. O jornal pode e deve ser visto como uma valiosa fonte de pesquisa para compreensão do movimento de luta contra a ditadura salazarista, assim como expressão da voz de portugueses que foram obrigados a deixar seu país de origem.

Os estudos sobre as ditaduras europeias no século XX, e a portuguesa em particular, já contam com um

conjunto de pesquisas e teses, tanto no Brasil como em Portugal. Mas ainda são poucos os trabalhos sobre a resistência portuguesa no Brasil e em menor número ainda os estudos sobre as publicações criadas no país para atuarem como veículo de oposição e luta contra o regime fora de Portugal, como é o caso do *Portugal Democrático* e do *Portugal Livre*. As dissertações de Douglas Silva (2007) e Ubirajara Ramos (2005) são exceções por terem o *Portugal Democrático* como objeto de estudo. Estes jornais, segundo o antropólogo Silva (2007, p. 31), apresentam características específicas de uma imprensa política e/ou de combate e resistência.

Na primeira parte do artigo procuro apresentar brevemente a história do *Portugal Democrático* e três de suas edições, uma vez que estas que já foram tema de outros textos (AUTOR, ano, ano). Para efeito de análise dividi a produção jornalística em cinco grandes temas. Foram eles: a resistência em Portugal, a candidatura de Humberto Delgado, a atuação dos exilados no Brasil, a guerra colonial e a Revolução dos Cravos. É importante enfatizar que todos os assuntos tratados no periódico tinham um vínculo estreito e explícito com a luta contra a ditadura e seus mentores. O fim das atividades do periódico não tem nada de melancólico, ao contrário. O término de sua existência é a expressão de que o seu principal objetivo — o fim da ditadura — tinha sido alcançado e assim ele perdia sua razão de existência.

Em seguida apresento o papel, a importância e a organização do veículo a partir dos depoimentos dos exilados expressos em entrevistas realizadas pelos pesquisadores Silva (2007), Ramos (2005) e Fábio de Oliveira (2010) em suas teses e dissertações e por mim. O *Portugal Democrático* pode ser visto como um veículo da imprensa alternativa que existiu graças à participação de um grupo de exilados portugueses que incluía artistas, políticos, jornalistas e também operários, além de intelectuais brasileiros que apoiavam a causa.

A escolha do jornal como objeto de pesquisa e do discurso de seus produtores como foco deste artigo se justifica tanto pela excepcionalidade da sua duração — 1956 a 1975 — como pela qualidade editorial do periódico e a relevância de seus colaboradores. Nos próprios textos do jornal seus autores enfatizam o seu papel de luta e resistência através da informação.

A pesquisa, tanto em termos teóricos como metodológicos, dialoga com o campo das ciências sociais e da comunicação dentro de uma abordagem qualitativa que implicou em levantamento bibliográfico, pesquisa documental, análise das narrativas do e sobre o jornal, obtidas através das entrevistas realizadas com seus colaboradores. Os depoimentos dos entrevistados são neste artigo a principal fonte de conhecimento do jornal, de seus objetivos e de sua organização.

A entrevista é também um método de pesquisa das ciências sociais, sendo realizada na forma dialógica e em profundidade. Para Jorge Duarte e Antonio Barros (2005, p. 62), a entrevista em profundidade é uma técnica de pesquisa qualitativa e busca reunir informações a partir de uma experiência subjetiva do entrevistado. Em geral são abertas e o entrevistador apresenta questões e sua característica é ser exploratória e flexível, sem parâmetros rígidos para as respostas, nem tem como objetivo um ponto de chegada.

As entrevistas (TRAVANCAS, 2012) no universo das ciências sociais são majoritariamente abertas com novas questões sendo colocadas no momento, tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado. Elas devem ser uma conversa na qual os participantes estabelecem uma relação de confiança e de troca e onde tudo que é dito importa, na medida em que as falas não são apenas conteúdo, mas ajudam na compreensão da personalidade do entrevistado, além de sua história de vida, e possibilitam a construção de uma relação de confiança entre eles. A entrevista tem um caráter dialógico, em movimento constante entre entrevistador e entrevistado e no qual há espaço para o embate que produz conhecimento (NAVES, 2007, p. 157).

O estudo do jornal *Portugal Democrático* faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que agrega estudiosos de diversas áreas das ciências sociais e humanas com o objetivo de analisar e discutir o papel da

imprensa no século XX em suas inúmeras vertentes: política, cultural, social e informativa.

2. A ditadura de Salazar — exílio e resistência

Em 28 de maio de 1926 foi instaurado o regime autoritário português que vigorou até abril de 1974 e cuja figura principal foi Antônio de Oliveira Salazar. Este regime durou quase cinquenta anos e foi denominado “nacionalismo autoritário”. Salazar instaurou um Estado policial repressivo que restringiu a atuação da oposição ao regime obrigando muitos de seus membros a se exilarem. Portugal ficou estagnado tanto em termos sociais quanto políticos e econômicos.

Os deslocamentos de portugueses exilados se iniciam na década de 1930 com a instauração do Estado Novo em Portugal em 1933. Segundo a pesquisadora Heloisa Paulo (2012, p. 2),

Para o emigrado político, o exilado, o deportado ou o refugiado, a partida do país de origem é sempre algo imposto, fruto de um acto de hostilidade declarada contra o poder de um Estado, ou ainda, pela própria incapacidade de sobrevivência das condições de perseguição política imposta por um regime.

Ao refletir sobre o exílio o intelectual Edward Said (2003, p. 43) afirma que essa experiência produz uma “fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal”. O exílio político carrega em si uma força que

obriga a uma migração involuntária e é, na maioria dos casos, consequência de regimes ditatoriais. Diferentemente do processo de migração “voluntária”, os exilados permanecem com uma relação estreita com seu país de origem e mantém a perspectiva de viver uma experiência temporária — ainda que muitos exilados, e os portugueses não são exceção, permaneçam no país que os acolheu mesmo quando já é possível retornar para casa.

Para o pesquisador Silva (2006 p. 6), o exilado é “o personagem engajado em atividades coletivas de intervenção cultural e política no estrangeiro destinadas a pôr termos ao seu próprio exílio”. A decisão desses exilados de criar o jornal faz parte dessa intervenção que é uma atuação de militância que remete ao seu país de origem, mas se realiza no país de residência, ainda que para muitos temporária.

A ditadura salazarista levou muitos de seus cidadãos a se deslocarem para o Brasil, país de mesma língua e onde muitos possuíam família ou amigos. Rio de Janeiro e São Paulo foram as duas cidades brasileiras que mais receberam exilados. São Paulo foi um local atrativo tanto em função do seu perfil econômico como pelo fato de reunir um grande número de portugueses residentes. Os exilados tinham perfis políticos diversos. Havia liberais republicanos, anarquistas, socialistas, comunistas e, depois de 1957, alguns dissidentes do regime salazarista.

Miguel Urbano Rodrigues, um dos personagens centrais da história do jornal, expressa assim sua visão do exílio:

O exílio é uma escola de paciência. Nenhum exilado pode manter viva a fé nos princípios que estão na origem do seu combate e sentir-se permanentemente identificado com a luta do seu povo, cumprir numa palavra, o seu dever, se não souber vencer a amargura, o desalento, as humilhações e sobretudo a solidão que o distanciamento gera (SILVA, 2006, p. 130).

O historiador francês Christophe Charle (1990), ao analisar o nascimento dos intelectuais na França, afirma que esta categoria teria nascido com o *affaire Dreyfus*. O termo indicava um grupo progressista político e cultural que desafiava o Estado. No caso da ditadura portuguesa, o objetivo da atuação dos membros do *Portugal Democrático* era intervir e influenciar o campo do poder, ou seja, derrubar a ditadura salazarista e o jornal era um dos instrumentos de ação.

Foram vários os intelectuais portugueses que fizeram oposição ao regime como: Novais Teixeira, Agostinho da Silva, Jaime Cortesão, Fernando Lemos, Antonio José Saraiva, Fernando Monteiro de Castro Soromenho, José Rentes de Carvalho, Manuel Rodrigues Lapa, Casais Monteiro, Miguel Torga, Jorge de Sena, entre outros, como menciona Antonio Candido (2010, p. 114) em seu artigo “Portugueses no Brasil”.

Para o crítico literário, além de lutarem fora de seu país contra a ditadura salazarista, este grupo de intelectuais portugueses de oposição enriqueceu a cultura brasileira entre as décadas de 1940 a 1974. A seu ver, esse grupo de portugueses que saiu de seu país por motivos políticos formou uma “Missão Portuguesa” (2010, p.122). O uso da expressão remete ao grupo de artistas franceses que veio para o Brasil no início do século XIX e revolucionou o universo das Belas Artes no país. Ele ficou conhecido como a “Missão Artística Francesa”. A “Missão Portuguesa”, bem posterior a original, atuou em várias cidades do país como Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Assis, Araraquara, além de São Paulo.

3. Portugal Democrático — um jornal de combate

Vitor Ramos e Manoel Ferreira de Moura foram os criadores do *Portugal Democrático*, cuja razão de existir era lutar contra a ditadura de Salazar. Ele teve 205 edições e circulou mensalmente no formato tabloide, com uma tiragem de 3 a 4 mil exemplares, de 1957 até 1975, ano seguinte à Revolução dos Cravos. Em termos editoriais havia seções, artigos, reportagens, poesias, desenhos, entrevistas, todos tendo sempre o mesmo foco.

O jornal teve apenas uma interrupção ao longo de sua existência no período de julho de 1957 a maio de 1958 em função das inúmeras dificuldades enfrenta-

das como falta de verba, problemas de distribuição e de contato com os leitores. O periódico funcionou na primeira fase, que durou um ano, na Rua Líbero Badaró, depois em uma sala do Centro Republicano Português situada na Rua Conselheiro Furtado, em São Paulo. Ele reunia colaboradores de distintos perfis políticos. Havia comunistas — era a maioria —, socialistas e, em menor número, republicanos liberais e até monarquistas. Suas ocupações eram as mais diversas: artistas, jornalistas, escritores, operários, técnicos, vendedores, advogados, torneiros mecânicos, engenheiros, comerciantes, além de militantes e voluntários.

A lista de pessoas que colaboraram com o jornal é vasta — mais de 50, alguns afirmam terem sido mais de 100 — e inclui não só portugueses exilados, mas também um número expressivo de intelectuais, artistas e políticos brasileiros. O grupo português reuniu nomes como: Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, Joaquim Barradas de Carvalho, Antonio Bidarra da Fonseca, Joaquim Quitério, Joaquim Duarte Baptista, Joao Sarmiento Pimentel, Jaime Cortesão, Thomas Ribeiro Colaço, João Alves das Neves, Carlos Maria de Araújo, Adolfo Casais Monteiro, Sidônio Muralha, Fernando Correia da Silva, Eduardo Lourenço e Fernando Lemos, que foram do Conselho de Redação. Colaboraram também Jorge de Sena, Paulo de Castro, Manuel Sertório, Alexandre Pereira, Alfredo Masson, Capitão José Verdasca, Carlos Cruz, Helder Costa, Il-

defonso Garcia, Manoel Soares, Manuel Lourenço, Manuel Myre Dores, Mário Bodas, entre outros. Havia também colaboradoras mulheres como é o caso de Maria Archer, Maria Antonia Fiadeiro e Manuela Gouveia Antunes.

É importante destacar que o contexto político brasileiro mudou ao longo da história do jornal. No seu início, em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek iniciava a construção da nova capital do país — Brasília. O Brasil vivia uma democracia ao som da bossa nova. Durante a trajetória do *Portugal Democrático* o país foi se modificando. 31 de março de 1964 é a data do golpe militar ocorrido no país. E se, como apontam Maria Izilda Santos de Matos e Leandro Pereira Gonçalves (2014, p. 233), os exilados portugueses “foram acompanhados e controlados pela Polícia Política”, depois do golpe militar as pressões aumentaram e os dossiês do Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo (DOPS/SP) de membros do jornal, como Vitor Ramos, são a prova concreta da vigilância aos “comunistas portugueses” no Brasil.

O jornal recebeu o apoio e contou com a colaboração de vários intelectuais brasileiros como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Candido, Álvaro Lins, Lygia Fagundes Telles, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Claudio Abramo e Enio Silveira. E engenheiros e advogados como Octavio Martins Moura, Edson Rodri-

gues Chaves e Sylvio Band que ocuparam cargos de direção no jornal.

Seu projeto gráfico foi se transformando ao longo do tempo como podemos ver a seguir através das capas de três edições importantes: o primeiro número do jornal de 7 de julho de 1956, o de outubro — novembro de 1970 e a última edição do periódico, de março de 1975, que comemora o primeiro aniversário da Revolução dos Cravos.



Fig. 1. - Capa da primeira edição do jornal em 7 de julho de 1956 e da edição de out./nov. de 1970 na qual a guerra colonial é o assunto principal (Fonte: Arquivo disponível na Cátedra Jorge de Sena na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foto tirada em 2016).

A primeira edição do jornal é inteiramente dedicada à luta contra a ditadura salazarista. Na coluna da esquerda está um texto de apresentação do veículo — “Posição” — que funciona como uma espécie de editorial em que é expresso o repúdio ao Governo de Salazar. No canto à direita há um carimbo vermelho que informa ao leitor que o jornal não foi submetido à Comissão de Censura em Portugal. Os colaboradores do *Portugal Democrático* afirmam, no texto da primeira página, que ele é uma produção de voluntários, não recebe nenhum apoio financeiro e que a ajuda se dá através das assinaturas.

No centro da página está uma matéria intitulada “O Bispo de Aveiro a favor da anistia”. Trata-se de um texto sobre o Campo de concentração de Tarrafal e o movimento que produziu um documento contra a prisão de antissalazaristas nas condições insalubres em que eram abandonados. O destaque à notícia é dado em função da sua excepcionalidade, uma vez que boa parte da Igreja Católica era extremamente conservadora e apoiava o regime de Antônio Salazar.

O tema da guerra colonial ganhou mais espaço e destaque no jornal a partir dos anos 70. A primeira página da edição do mês de outubro de 1970 que tem novo layout e logotipo do jornal trata da guerra colonial. Nesta fase final do periódico, este tema ocupa boa parte de suas páginas. Um dos elementos da capa são as fotos da revista alemã *Der Spiegel*, em que são mostradas as ações extremamente violentas do exér-

cito português — aparece a imagem de uma cabeça decepada — contra membros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).



Fig. 2 - Capa da edição do jornal, número 204, de março de 1975 (Fonte: Arquivo disponível na Cátedra Jorge de Sena na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foto tirada em 2016).

Do ponto de vista gráfico o jornal foi se modificando ao longo das três décadas, mas não alterou seu perfil editorial. Aqui vemos a primeira e a última página da edição do jornal que comemora em cores o primeiro aniversário da Revolução dos Cravos. Ela reúne artigos, entrevistas, depoimentos, poesias, fotos e ilustrações do movimento político que lutou pela volta à democracia em Portugal e alguns artigos de

análise deste primeiro ano no país. Com esta edição, o jornal encerra suas atividades.

4. O Portugal Democrático na voz de seus colaboradores

Para compreensão do órgão e da atuação de seus colaboradores a realização de entrevistas abertas e em profundidade foi fundamental. Elas expressam a visão dos entrevistados sobre a ditadura salazarista e a atuação do *Portugal Democrático* e estão baseadas em suas memórias, já que foram realizadas algumas décadas depois do fim do jornal.

O historiador Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória é um fenômeno coletivo e social construído pela sociedade. Ele definiu os diferentes tipos de memória ao tratar da memória histórica, memória individual e memória coletiva. A primeira implica na reconstrução de dados do presente que são projetados sobre um passado recriado; a coletiva recompõe magicamente o passado. Entre elas, a consciência coletiva e a individual desenvolvem diversas formas de memória. Assim, estão englobadas a memória individual que faz parte da coletiva, mas não se confunde com ela. Na medida em que este artigo se constrói sobre os depoimentos dos exilados portugueses sobre a experiência no jornal, ele busca na memória individual a sua contribuição para uma memória coletiva da luta política no exílio.

Concordo com o antropólogo James Fentress e o historiador Chris Wickham (1992, p. 57) quando afirmam que “o que é verdade para a memória dos indivíduos também é verdade para a memória social”. Portanto, as entrevistas são também a expressão de uma memória coletiva da ditadura de Salazar e da Revolução dos Cravos. Elas são parte de uma metodologia de pesquisa que se baseia nos depoimentos pessoais, nas histórias de vida, na visão dos que participaram de um acontecimento para construir a sua história. Nessa pesquisa, além da análise das edições do jornal, as entrevistas tiveram um papel importante para a compreensão do *Portugal Democrático*.

Para apresentar o jornal através das falas dos entrevistados, dividi os depoimentos em três tópicos:

- o significado do jornal;
- a entrada e a participação;
- a produção e a distribuição.

O grupo de entrevistados reúne 14 portugueses — um nascido fora de Portugal, na Inglaterra —, com um perfil bem diversificado em vários aspectos. Dois vieram jovens para o Brasil, como Ildefonso Garcia e Mário Bodas. Vários são engenheiros, alguns operários e técnicos e apenas Fernando Lemos é artista. Eles têm pertencimentos partidários distintos — três eram ligados ao Partido Comunista Português, como é o caso de Helder Costa, Manuel Lourenço e Manuel Myre Dores. Em termos de função no jornal também há diversidade. Há aqueles que recolhem contribuições para o jor-

nal, outro que escrevem, editam, divulgam, revisam os textos, cuidam da distribuição nas bancas e há também os responsáveis pelo envio dos jornais para o exterior.

Nome	Nascimento	Profissão	Filiação partidária	Função
Alexandre Pereira	1928	Fez serviço militar na Marinha e no Brasil foi funcionário de empresas.		Membro do Conselho. Divulgação e busca de assinantes.
Alfredo Masson	1921	Engenheiro	MUD Movimento Unidade Democrática	Colaborou de 1962 a 1975 no Conselho da Redação e escrevendo.
Capitão José Verdasca	1936	Militar, ocupou cargos administrativos em empresas.		Escreveu alguns textos e colaborou na revisão de textos e expedição do jornal.
Carlos Cruz	1918	Engenheiro		Recolhia contribuições para o jornal.
Fernando Lemos	1926	Artista e designer.		Produzia desenhos, charges e caricaturas e textos.
Helder Costa	1922	Estudante, secretário e depois atua em jornal de bairro.	Partido Comunista Português	Cuidava da parte técnica.
Ildefonso Garcia	1942	Estudante de Engenharia.	UDP União Democrática Portuguesa	Divulgava o jornal nas universidades.

João Alves das Neves	1927	Funcionário público, jornalista e professor.		Escrevia no jornal.
Joaquim Quitério	1932	Técnico em contabilidade.		Revisava as provas tipográficas e cuidava da expedição e escrevia.
Manoel Soares	1919	Operário, torneiro mecânico.		Cuidava da expedição dos jornais e participava das reuniões.
Manuel Lourenço	1924	Operário.	Partido Comunista Português	Distribuía o jornal em Niterói.
Manuel Myre Dores	1928	Engenheiro.	Partido Comunista Português	Escrevia para o jornal e participava das reuniões.
Mário Bodas	1941	Funcionário de fábrica.	MUD Movimento Unidade Democrática	Dobrava os jornais, levava para o correio e distribuía nas bancas.

Tab. 1 - Entrevistados portugueses (Fonte: Elaborado pelo autor, junto a entrevistas realizadas por Silva (2007) e Ramos (2005)).

5. O significado do jornal

Para Jaime Conde (2016), exilado português no Rio de Janeiro, “o *Portugal Democrático* foi o jornal mais importante e duradouro. Ele tinha uma influência muito grande do Partido Comunista Português (PCP) e foi permanente e regular com base em São Paulo”. Essa pode ser uma boa e concisa apresentação do jornal. Para a sua característica de periódico político e engajado a sua duração de quase vinte anos é um fato relevante e também raro. Trata-se de um veículo que se constrói com o trabalho de voluntários engajados em uma causa política comum.

Mas dentro desse objetivo comum — a luta contra a ditadura salazarista — sua frente suprapartidária abrigava correntes políticas distintas, ainda que seu núcleo central fosse formado por militantes comunistas. Isso não impedia de reunir e agregar socialistas, republicanos, anarquistas, democratas e, nos anos finais, ex-salazaristas também, ainda que em pequeno número.

Em 1958, quando o jornal foi lançado, os dois redatores principais eram Miguel Urbano¹ e João Alves das

1 Miguel Urbano Rodrigues, figura central do jornal, foi procurado pelo pesquisador em 2016. Residia no Porto, Portugal e respondeu por email a mensagem abaixo. Ele morreu em maio de 2017 com 92 anos.

“Prezadx

Acontece que tenho 90 anos. Continuo a escrever, mas decidi não atravessar mais o Atlântico, cessei de participar em encontros internacionais, e não falo mais em público. Não leve a mal, mas também não dou entrevistas.

Saudação cordial

Miguel Urbano”

Neves. Neves (2004 apud RAMOS, 2005, p. 13) lembra que “naquele momento era necessário que toda gente que fosse contra o Salazar se unisse. Depois se faria o acerto. E o jornal mantinha uma posição pluralista.” Manuel Soares (2003 apud RAMOS, 2005, p. 15) concorda e comenta que “a relação dos intelectuais que atuavam no jornal com os colaboradores de perfil distinto era muito boa, pois havia uma camaradagem muito grande”.

“O *Portugal Democrático* foi a voz da resistência portuguesa antifascista no exterior”, afirma Helder Costa (2003 apud RAMOS, 2005, p. 8). Ele descreve o processo de produção do jornal e a importância do engajamento dos participantes nas diversas etapas e em diferentes funções:

Os patriotas que o produziam constituíam-se numa equipe de ouro de militância de corpo inteiro e a 24h por dia, na plenitude do que é editar um jornal em semelhantes condições: escrevê-lo, levá-lo à estampa, distribuí-lo pelas bancas, depois empacotá-los para expedição, horas a fio, dia a dia e encaminhá-los aos Correios com direção de todas as partes do mundo, além de se ter pago do próprio bolso as despesas inerentes a tudo isto, quase sem apoios.

Ainda que muitos não fossem jornalistas profissionais ou trabalhassem em jornais anteriormente em Portugal, pode-se observar um envolvimento com o jornal que tem muitas semelhanças com o que descrevo em minha pesquisa (TRAVANCAS, 1993) sobre

jornalistas brasileiros. Afirmo que eles estabelecem uma relação com a profissão muito particular que produz um estilo de vida e uma visão de mundo particulares. Nesse caso é mais do que uma adesão à profissão. Aqui se trata de uma adesão à causa política da qual o jornal é expressão.

O artista Fernando Lemos (2016) destaca que o jornal era uma frente suprapartidária, mas com um núcleo partidário. Para ele “não era uma empresa, mas teve uma presença política da maior importância por que era o único.” Mário Bodas (2003 apud RAMOS, 2005, p. 21) tem a mesma visão de Lemos e chama a atenção para o fato de alguns membros da oposição como Sarmiento Pimentel e Humberto Delgado serem colonialistas, enquanto o jornal era “frontalmente, com clareza, a favor da independência. Nós defendíamos a independência total das colônias. E dizíamos: Portugal só será independente quando der independência às colônias”.

6. A entrada e a participação

Manoel Soares (2003 apud RAMOS, 2005, p.6) comenta “estava passando por uma banca e vi o jornal.” Depois que foi “aprovado”, Soares passou a participar do jornal nas funções de expedição como dobrá-lo, colar selos, levá-lo para correio. Chegou também a escrever uma “colunazinha” (SOARES, 2003 apud RAMOS, 2005, p. 14), como se refere a ela, de esportes.

Já Alfredo Masson (2003 apud RAMOS, 2005, p. 18) sabia da existência em São Paulo de um movimento político e já tinha estado com o *Portugal Democrático* na mão em Portugal. Mas não conhecia ninguém do jornal. Resolveu comprar um exemplar e vê o nome de seu amigo, Alexandre Leal, que trabalhava no veículo. Ele o convidou para participar. Foi em 1961 e o jornal já tinha 4 anos de existência. Masson conta também que precisou passar pelo crivo dos membros do jornal que “fizeram um pequeno inquérito para ver se eu não era um membro da PIDE”². Ele entrou em 1962 e colaborou e escreveu no jornal até 1975, ano do seu fim.

Neves é um dos poucos jornalistas do conjunto de entrevistados. Ele trabalhou nos jornais *Expresso*, *Volante* e *Diário Ilustrado* de Portugal antes de vir para o Brasil, e todos eles estavam sob censura. Veio já com emprego certo: ser jornalista do *Estado de São Paulo*. Trabalhou como editorialista do jornal onde atuavam muitos portugueses como Jorge de Sena, Casais Monteiro, Paulo de Castro, o capitão Pimentel — que tinha uma coluna —, entre outros. Foi, em sua opinião, “o único jornal do Brasil, dos grandes, que esteve contra o Salazar” (NEVES apud RAMOS, 2005, p. 7).

Neves (2004 apud RAMOS, 2005, p. 13) lembra que o *Portugal Democrático* foi lançado em 1956 e que Miguel Urbano e ele foram os redatores do jornal a partir de 1957 e 1958, respectivamente. Até a en-

2 PIDE – Política Internacional e de Defesa do Estado

trada de Urbano “era um jornal mais fraco, com diagramação ruim. Era tabloide e mensal. E saía uma vez por mês, mas às vezes não saía.”

Neves assume a redação quando Miguel Urbano sai para fundar o *Portugal Livre*. Ao se tornar secretário de redação do jornal, propôs que se criasse um Conselho de Redação. Seu depoimento expõe os conflitos e as disputas internas demonstrando que, mesmo unidos por uma causa, havia divergências. Neves (2004 apud RAMOS, 2005, p. 26) destaca que não era comunista, mas também não era anticomunista radical. E o *Portugal Democrático* era um jornal pluralista. Seus membros estavam unidos por uma causa, mas não formavam um grupo homogêneo politicamente. Havia uma tentativa de pluralidade no jornal com uma ênfase na perspectiva antissalazarista que unia a todos e que deveria ser seu ponto forte. Ele comenta:

enquanto eu participava do jornal, eu não concordava que o jornal fosse de um partido, era o movimento contra o Salazar. Se houver imposição de um partido eu não quero fazer parte do *Portugal Democrático*, porque ele deixa de ser um órgão representativo de um movimento. Aliás, a gente aceitava os artigos de um monárquico como o Colaço, porque ele é contra o Salazar. Eu acho que o jornal tem de ser democrático.

O trabalho no jornal exigia uma mobilização constante, dia e noite para realizar as tarefas mais diversas, afirma Helder Costa (2003 apud RAMOS, 2005, p. 9). Ele, por exemplo, depois do trabalho ia para a

redação do jornal: “Lá definíamos o que fazer desde a redação à expedição, incluindo a própria limpeza das salas.” Comenta que havia um Conselho de Redação do qual fazia parte e onde analisavam os temas em questão e distribuíam as tarefas que não eram estanques. Conta:

Como eu dispunha de mais tempo durante o horário normal de trabalho, encarregava-me da preparação técnica, revisão, diagramação, ida à tipografia, verificação até a entrada do jornal na rotativa, o que por vezes significava ter de disponibilizar-me muitas horas, e até de madrugada para que a impressão se concluísse minimamente em condições e nos prazos estabelecidos.

Para Costa, se houve algum mérito do jornal, ele é do grupo que trabalhou de forma coesa e determinada para denunciar ao mundo a ditadura de Salazar. A seu ver, isso só foi possível graças ao “coletivo de ouro” que reuniu nomes como Manuel Ferreira Moura, Vitor Ramos, Augusto Aragão, Mário Bodas, Joaquim Quitério, Miguel Urbano Rodrigues, Alfredo Masson, Helder Costa, Alexandre Antunes Pereira, entre outros.

7. A produção e a distribuição

Fazer o jornal significava dividir as inúmeras tarefas entre os colaboradores. Manuel Myres Dores (2003 apud RAMOS, 2005, p. 16) conta sobre o pro-

cesso. Não havia muitas reuniões de pauta porque as pessoas não estavam na “sede” e chegavam artigos de vários lugares. O jornal “unia a todos, era uma tarefa fazer um número, fazer outro. Vinha texto do pessoal que escrevia em Portugal e de quem escrevia daqui”.

Alfredo Masson (2003 apud RAMOS, 2005, p. 22) lembra que faziam reuniões da comissão de redação da qual participavam pessoas que não eram membros do Partido Comunista e havia disputa entre diferentes visões. Os elementos do partido defendiam suas posições. Segundo ele, “havia divergências, mas não havia vetos aos textos ou artigos. Havia uma revisão”.

Produzir o jornal não era simples, na medida em que os recursos eram parcos. “A gente pagava tudo do nosso bolso”, conta Fernando Lemos (2016). Havia empresários, construtores portugueses que colaboravam. “Tudo mendigado, mas nunca se criou dívidas.” Ele lembra que o periódico reunia “todo pessoal da oposição que estava aqui no Brasil, imigrante ou exilado”. Mas nem todos os membros do *Portugal Democrático* concordam com essa afirmação e destacam que a comunidade portuguesa formada por emigrantes era, em sua maioria, salazarista.

Ildefonso Garcia (2003 apud RAMOS, 2005, p. 23), que atuou na produção do *Portugal Democrático*, explica o processo que começava com o setor intelectual representado por Miguel Urbano e Vitor Ramos, além de outros intelectuais. Esse grupo organizava os

textos, havia artigos enviados do exterior, selecionava e editava. Era o grupo intelectual do jornal. Havia o grupo que cuidava do setor financeiro e o que produzia o jornal.

Tinha que pagar as bobinas de papel que eram muito caras e difíceis de achar. Tinha o grupo das tarefas. Era um quadro de voluntários que trabalhavam para confeccionar o jornal. No total deviam ser umas 100 pessoas. Era um trabalho participativo. A grande dificuldade era a distribuição. Artigo não faltava. E tinha o problema da confecção. Ele era feito na gráfica do Partido, do PCB (Partido Comunista Brasileiro). E o problema não era só a produção do jornal. A confecção e a sua distribuição tinha que ser praticamente imediata. Era uma tarefa grande, tinha que dobrar os jornais, colocar etiqueta, colocar o endereço, levar para o correio e fazer a distribuição em algumas bancas.

A produção do jornal exigia mobilização, tanto de dia quanto de noite para as tarefas gerais, destaca Helder Costa (2003 apud RAMOS, 2005, p. 9). Lembra: “À noite, após a saída do emprego, encontrávamo-nos na redação. E lá definíamos o que fazer desde a redação à expedição, incluindo a própria limpeza das salas, etc”. Segundo Costa, as tarefas não eram estanques. Como tinha mais tempo se encarregava da preparação técnica, revisão, diagramação, ida à tipografia — que era distante — para verificar a entrada do jornal na rotativa. Isto significava estar disponível até de madrugada para acompanhar o término da impressão.

A distribuição do jornal era feita pelos colaboradores. Mário Bodas (2003 apud RAMOS, 2005, p. 9) rememora essa época em que distribuía o jornal em São Paulo.

A gente levava os jornais para as bancas e pegava as sobras e dava o novo. Mas eles não punham o jornal na banca porque tinham medo. Os fascistas chegavam lá e diziam: “esse jornal é comunista!”, ameaçavam os homens da banca. Era uma luta.

E havia também os que cuidavam do envio dos jornais em envelope para Portugal, mas muitos não chegavam ao país porque a PIDE impedia. Costa (2003 apud RAMOS, 2005, p. 8) relembra: “a gente não pedia para ninguém levar para lá. Eu nunca fiz isso, até porque algumas pessoas estremeciam de medo. Mas também não tínhamos recursos para mandar para todos os lugares.” Eram enviados jornais para o Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, França, Inglaterra, onde havia grupos organizados.

8. Conclusão

O jornal *Portugal Democrático* foi um veículo muito significativo em termos de resistência fora do país. Ele ganhou um lugar singular por diversas razões: pela sua longevidade, pela relevância de seus colaboradores — portugueses exilados e também brasileiros que aderiram à causa — e pela qualidade editorial do que produziram em condições adversas. O jornal fez parte de

um movimento mais amplo da sociedade portuguesa de desmonte do aparelho estatal e institucional português.

A luta contra a ditadura é o eixo condutor e razão de ser do jornal. A guerra colonial pode ser entendida também como um evento importante no contexto ditatorial que ocupou várias edições do periódico com fotos, artigos e poesia. O discurso do *Portugal Democrático* foi sempre veementemente a favor da independência das colônias portuguesas na África. Tema este que em alguns momentos chegou a dividir os apoiadores da derubada do regime salazarista que não eram comunistas.

Creio que o jornal também pode ser lido como uma espécie de diário da ditadura, uma vez que registrou quase 20 anos de sua longa duração. Diário esse de cartas, crônicas, poesias, fotografias, editoriais, desenhos e reportagens produzindo um periódico original, que foi se transformando ao longo dos anos — a começar pelos logotipos e a primeira página — sem se afastar da sua razão de existir em nenhum momento.

É importante ressaltar ainda que o jornal teve uma atitude de silêncio em relação à ditadura no Brasil. Manoel Soares (2003 apud RAMOS, 2005, p. 13) explica isso afirmando que “mantiveram a posição de que nós só tratávamos de assuntos relacionados com o problema português. Acho que um ou dois membros do jornal, chegaram a ir ao DOPS, mas não aconteceu nada.” Fernando Lemos (2016) lembra-se de ter ido à Polícia “para ouvir que sabiam que nós tínhamos o único jornal comunista do Brasil e que era português”. Ele comenta

o fato de terem de enfrentar outra ditadura aqui. “Duas ditaduras: uma de sacristia, a de lá, e a outra aqui de quartel. Curiosamente ambas com palavras de ordem em língua portuguesa”.

Através das entrevistas foi possível perceber os diferentes perfis tanto políticos quanto de formação e de trajetória de vários de seus produtores. Como vimos o perfil profissional e faixa etária de seus membros é variada. Assim como a dos eventuais colaboradores portugueses e brasileiros, também. Houve disputas internas, brigas, discordância e até mesmo a criação de outro veículo — *Portugal Livre* — por Miguel Urbano. Mas o *Portugal Democrático* não se afastou nunca de seu objetivo inicial: lutar contra a ditadura e trabalhar para o seu fim. Ele conseguiu reunir simpatizantes que em vários momentos deixaram de lado desavenças pessoais ou mesmo escolhas partidárias distintas em nome de uma causa maior.

O *Portugal Democrático* poderia ser considerado um jornal “nanico” ou da imprensa alternativa já que não era um produto da grande imprensa, com tiragens enormes, destinado ao grande público com venda por assinatura e em bancas. Mas a sua trajetória longínqua, seus componentes e a sua qualidade editorial deram a ele um lugar de destaque no apoio à libertação das colônias e na história da luta contra o regime salazarista até o 25 de abril.

A Revolução dos cravos é um movimento importante, complexo e teve inúmeros significados. Para o historiador Manuel Loff (2018, p. 273),

ela abriu caminho para a expressão e valorização social da memória antifascista e anticolonial, assumindo a memória da resistência, que dominou os discursos de fixação da memória coletiva nos anos de 1974-75, como uma narrativa das origens do 25 de Abril. Este foi o momento para as vítimas da repressão poderem finalmente expressar a sua dor e o seu orgulho, e o significado político de ambos, num quadro inevitável de competição política entre as diferentes organizações de que faziam parte e as suas respectivas culturas simbólicas.

Neste artigo procurei trazer um pouco da voz desses exilados portugueses que a distância, longe de seu país, através de um jornal — e não só dele —, lutaram com as armas que tinham pelo fim da ditadura, pelo término da guerra colonial e independência de suas colônias e também pela volta da democracia a Portugal. Vozes que resistiram e não se calaram.

Referências

- CANDIDO, Antonio. *O albatroz e o chinês*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul/ABL, 2010, parte II, cap. 2.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuelles*. Paris: Minuit, 1990.
- CONDE, Jaime. *Jaime Conde: depoimento* [2016]. Entrevistadores: Autor. Rio de Janeiro (online), 2016. Entrevista concedida a Autor.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teoria, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEMONS, Fernando. *Fernando Lemos: depoimento* [2016]. Entrevistadores: Autor. Rio de Janeiro (online), 2016. Entrevista concedida a Autor.
- LOFF, Manuel. Revolução dos Cravos (1974). In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena (Orgs.). *As voltas do passado: A Guerra Colonial e as Lutas de Liberação*. Lisboa: Tinta da China, 2018, p. 271-277.
- SANTOS DE MATOS, Maria Izilda; PEREIRA GONÇALVES, Leandro. Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil - o jornal *Portugal Democrático*: questões e debates (1958-1977). *Projeto História*. São Paulo, n. 50, p. 224-246, ago. 2014.
- MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda S. *Portugueses: ações e lutas políticas* (Rio de Janeiro - São Paulo). São Paulo: Verona, 2015.
- NAVES, Santuza Cambraia. A entrevista como recurso etnográfico. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.14, n. 21, p.155-164, jul./dez. 2007.
- OLIVEIRA, Fábio Rueda de. *Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos* (1954-1974). 264p. Tese (Doutorado em História) - Pro-

grama de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1181.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAULO, Heloísa. Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964). In: JORNADAS DE TRABAJO: EXILIOS POLÍTICOS DEL CONO SUR EN SIGLO XX. 2012, La Plata. Anais. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2012. Disponível em <<http://jornadasesxilios.fahce.unlp.edu.ar/i-jornadas/ponencias/PAULO.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RAMOS, Ubirajara Bernini. *Portugal Democrático: um jornal da resistência ao salazarismo publicado no Brasil*. Op. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Douglas Mansur da. *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Douglas Mansur da. *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*. 334f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

TRAVANCAS, Isabel. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. In: MAROCCO, Beatriz (Org.) *Entrevista: na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012.